

Brasil, 2016: para onde vamos?

Esta edição do *Contextus*, dedicada à reflexão sobre aspectos de conjuntura nacional e internacional, foi produzida a partir da transcrição da palestra proferida pelo professor Otávio Soares Dulci como parte da série *Diálogos: Igreja e Sociedade*. Esse projeto é realizado pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) da PUC Minas, pela Arquidiocese de Belo Horizonte e pelo Centro Loyola. Seu objetivo é trazer ao debate temas atuais e importantes para o agir ético e cristão.

O evento, ocorrido em 29 de novembro de 2016, foi também uma comemoração do aniversário do Nesp. Criado há onze anos, quando se completavam quarenta anos da *Gaudium et spes*, o Nesp tomou como inspiração os princípios dessa constituição pastoral: *sob o signo da alegria e da esperança*. Sua criação se deu por iniciativa do bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte e reitor da PUC Minas, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães com a finalidade de promover a formação em conteúdos sociais e políticos, numa parceria entre a Arquidiocese e a Universidade.

O palestrante, professor doutor Otávio Soares Dulci, é graduado em Ciências Sociais, mestre em

Ciência Política pela UFMG e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Atualmente é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia e Ciência Política, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento e Política Comparada.

No presente texto faz-se uma edição do debate ocorrido e não apenas sua transcrição. As intervenções feitas pelos editores têm o objetivo de possibilitar o entendimento das complexas questões discutidas naquela noite. Na palestra, a espontaneidade e a linguagem coloquial favoreciam a compreensão e o debate. A transposição para a linguagem escrita, porém, exige que se completem lacunas que, durante o evento, eram preenchidas por gestos e expressões que, de forma natural, os presentes podiam trocar entre si e com o palestrante. Esse esforço para garantir a legibilidade, apesar de indispensável, assume o risco de incorrer em eventuais imprecisões a serem atribuídas aos editores e não ao palestrante.

A história do Brasil e os sucessivos golpes de Estado

OTÁVIO SOARES DULCI: Eu estou diante da difícil tarefa de responder à pergunta que eu mesmo sugeri quando me convidaram para esta palestra: para onde vamos? Minha tarefa aqui é refletir sobre como se pode decifrar – de uma maneira ainda muito preliminar – o que está se passando neste ano de 2016. Tenho algumas ideias a respeito disso, mas reconheço que outras, bem diferentes, poderiam ser trazidas para este debate.

Vou tentar contribuir pensando que as questões aqui abordadas não podem considerar apenas o Brasil, mas devem enfrentar, de maneira mais ampla, a situação global. Não se pode refle-

tir sobre os destinos do país sem considerar os destinos do mundo. A pergunta “para onde vamos?” se aplica aos dois âmbitos: nacional e global. De fato, cada vez mais o contexto internacional vem predominando em nossas preocupações. A premissa da qual parto é a seguinte: o que está se passando no Brasil não é restrito aos limites geográficos nacionais, mas faz parte de uma movimentação mais geral que adquire especificidades em cada lugar.

Ao refletir sobre os acontecimentos por que o Brasil passa nos últimos tempos, frequentemente tem circulado a palavra *golpe*. O uso desse termo

é comum principalmente entre as numerosas pessoas que se consideram do lado perdedor no processo político que levou ao *impeachment* e a seus sucessivos desdobramentos.

Existe, de fato, o conceito de golpe de Estado na Ciência Política e na História. Quando se fala em golpe, pensa-se na derrubada de um governo pela força. Nesse sentido, a rigor, não houve no Brasil um golpe, já que tudo foi feito dentro da lei. Porém, também a outra forma de interpretação – a que supõe ter havido um golpe – pode ser validada quando se atribui a esse termo um sentido um pouco diverso.

Entre os golpes anteriormente ocorridos no Brasil, pelo menos dois outros tiveram sentido muito semelhante ao que se viu acontecer em 2016. Eu tinha seis anos quando o presidente Getúlio Vargas se suicidou. Eu me lembro bem desse dia. Morávamos no interior e eu estava brincando sozinho no quintal da minha casa que ficava numa área fabril. Às oito da manhã se transmitia o Repórter Esso. Naquele tempo não havia televisão; apenas o rádio. Houve um alarido pelo bairro, principalmente das pessoas mais pobres, como as empregadas domésticas. Lembro-me de haver pensado que alguma coisa muito séria devia ter acontecido. Eu não tinha maturidade ainda para compreender o caso e minha família era do lado oposto a Getúlio. Dentro de minha casa, todos ficaram estarrecidos, mas não choravam como os pobres do bairro. Apenas quando, mais tarde, comecei a pesquisar é que vim a compreender o sentido de tal acontecimento. Tratou-se de um golpe. Sabe-se que Getúlio Vargas foi pressionado durante a noite pelos militares para renunciar. Num gesto político, ele respondeu com o suicídio.

Com a palavra *golpe*, aqui, entendo o deslocamento de forças políticas de um lado para outro sem consulta popular. Deslocamentos de forças se fazem, geralmente, em eleições, quando partidos são substituídos. Isso acontece em todo lugar. Caracteriza-se um golpe quando há uma desconstrução de um governo legítimo com a finalidade de fazer uma guinada de orientação, sem que tal redirecionamento tenha sido aprovado pelo povo na eleição. Pode vir a ser aprovado, mas não no momento em que a mudança súbita está acontecendo.

Dez anos depois, em 1964, houve outro golpe. Desta vez, o fato é evidente e quanto a seu caráter golpista não paira dúvida alguma. No entanto, ele guarda um parentesco muito grande com o ocorrido em 1954. O presidente Getúlio Vargas abortou o golpe e seu sucessor e grande herdeiro político, o João Goulart, foi derrubado pelo golpe que não chegou a ser dado dez anos antes.

Ocorre, então, um deslocamento de forças, uma forçação, uma pressão. Vive-se sempre, em tais momentos, uma polarização. Parte da sociedade aspira por intervenção. São justamente os setores ou classes contrários ao governo que está sendo derrubado. Sob esse aspecto, muitas semelhanças podem ser apontadas entre o caso ocorrido em 1964 e o que agora se vê em 2016.

Por outro lado, o conceito que estou delineando aqui parece excluir da noção de golpe o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Neste caso específico, não se vê uma guinada ideológica. Collor foi eleito com um programa de abertura neoliberal que, em total coerência, ele chegou inclusive a realizar. Sua deposição não se deu em razão disso, mas sim por motivos políticos internos, de distribuição de forças e de órgãos no governo.

A corrupção apresentada como motivo para derrubar um presidente é quase um pretexto. É o elemento que a mídia utiliza como alimentador do fogo. Foi assim em 1954, em 1964, contra Collor e contra Dilma. No entanto, esse não foi o real motivo para o impedimento de Collor, do mesmo modo que esse evento não representou uma guinada ideológica. Tanto é que os governos seguintes continuaram com a mesma pauta implementada por Collor. Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso mantiveram a pauta similar de combate à inflação com um programa de liberalização. O Plano Real foi implantado durante o Governo Itamar.

O presidente Collor caiu por um autismo político total. Ele estava governando de uma maneira quase monárquica. O Trump tem um pouco disso... Ambos comungam um certo discurso, como se não devesse sua eleição a ninguém além de si mesmos. Collor e Trump são muito narcisistas. Julgando-se eleitos contra tudo e contra todos, pretendem-se legitimados para fazer, como bem quiserem, o seu governo. Aqui no Brasil, essa atitude de Collor produziu uma tremenda reação

da classe política. É claro que a oposição, capitaneada pelo PT, por Lula e Leonel Brizola, bateu duro no Collor, com quem haviam polarizado no fim. Contudo, a oposição não detinha votos entre os deputados suficientes para conquistar a deposição do presidente da República. O *impeachment* veio quando os deputados de centro se moveram para tirar o Collor. Nesse sentido, há algo parecido: quando a “turma do Eduardo Cunha” – ou quem quer que, à época, ocupa posição similar – se move para tirar, o presidente cai. Vou retomar esse argumento a seguir. Dadas as especificidades que considere, este último ponto de similitude não parece suficiente para tratar o impedimento de Collor de Mello como um exemplar dentre os golpes presenciados na história recente do país.

Em vez disso, destaco outro elemento que caracteriza um golpe. Trata-se da tentativa de consertar o país por fora da política. Em 1964, esse papel era desempenhado pelos militares. Em 2016, o Poder Judiciário e os órgãos de controle é que vêm exercendo tal função. São instituições que não têm mandato para isso. Eles não foram eleitos e não são *corpus* político. O parlamento, sim. O Poder Legislativo é composto por voto popular e, portanto, tem legitimidade para operar mudanças. Ao contrário, órgãos de controle, assim como o Judiciário – ao arrogar-se o direito de consertar o país acima e por fora da política –, estão desempenhando o mesmo papel vivido pelos militares em 1964. Evidentemente, em ambos os casos, isso se faz com forte apoio da mídia, que lhes serve como uma parceira importante nessa pretensão de se consertar a política por fora da política. Isso liga os três processos (1954, 1964 e 2016) e os torna muito parecidos.

Tal fenômeno não é uma coisa que acontece só no Brasil. Desconstruções ou golpes aconteceram recentemente em outros países latinoamericanos. A síndrome foi muito semelhante em Honduras e no Paraguai. A Venezuela está chegando a um ponto parecido. Ali se instalou um forte impasse, mas ele deveria ser resolvido politicamente por voto popular. É possível que se veja em breve como esse impasse no país vizinho haverá de se encaminhar.

Parece que o Brasil viveu um golpe parlamentar. Alguém poderia alegar que a substituição de governo foi uma reformulação da distribuição de

forças dentro do Congresso. De fato, no Congresso eleito em 2014, existia a oposição ao governo reeleito da Presidenta Dilma. Era formada pelos partidos que apoiaram o senador Aécio Neves. Havia também os setores da esquerda, próximos à Presidenta Dilma assim como havia o centro, mais liderado pelo PMDB e que depois ficou sendo chamado de “centrão” e foi liderado pelo deputado Eduardo Cunha. Este último grupo passou para o lado da oposição. Isso é perfeitamente razoável e pode acontecer. A presidenta, no caso, ficaria governando durante seu mandato, apesar de ter minoria no Congresso.

Neste momento, assiste-se a uma situação semelhante nos Estados Unidos. O presidente Obama está terminando seu mandato em franca minoria. Nem por isso ele recebeu um golpe. Inclusive ele não conseguiu alcançar, no Parlamento, a necessária aprovação para uma boa parte de seus projetos. Conseguiu bem pouco, em razão da franca minoria que detém no Parlamento. A mesma coisa poderia ter acontecido ao Governo de Dilma. Entretanto, no caso brasileiro, houve um rearranjo partidário que se encaminhou para uma solução de força.

É importante dizer que um fato semelhante seria perfeitamente comum em um regime parlamentarista. Essa constatação também permite compreender peculiaridades de outros países. Na Europa, todos os regimes de governo são parlamentaristas. Isso que aconteceu no Brasil lá é muito comum. Havendo uma mudança de correlação de forças dentro do Parlamento, o governo é substituído naturalmente.

Entretanto os países americanos, com a exceção do Canadá, são presidencialistas. Isso implica uma separação constitucional muito forte entre os dois poderes. Os presidentes da república são eleitos diretamente e são altamente blindados contra pressões parlamentares. Seria razoável na Europa aquilo que aconteceu no Brasil, mas não o seria nas Américas.

Vale reforçar a ideia de que o objetivo não era propriamente derrubar a presidenta por ela mesma, em razão de eventuais dificuldades ou de seu temperamento pessoal. Está claro que o principal objetivo do golpe era promover uma guinada de orientação ideológica, da esquerda para a direita, chegando a uma nova equação capital/trabalho.

O mesmo aconteceu também em 1964. O governo do presidente Castelo Branco introduziu muitas reformas. Algumas delas foram inclusive importantes como a reforma universitária, a criação do Banco Central (isto é, a reforma bancária) e outras. No entanto, o tom geral do golpe de 1964 foi dado por um reequacionamento das relações capital/trabalho a favor do capital, passando sempre pelo rebaixamento de salários e pela redução de direitos.

O presidente Getúlio Vargas havia sido liquidado com esse mesmo objetivo. Naquele ano, ele havia feito um enorme aumento do salário mínimo. Minha família, composta por pequenos empresários, estava inconformada com o presidente e se perguntava como conseguiria manter o pagamento de seus empregados. Toda a área empresarial, a pequena burguesia, era contrária a Getúlio, assim como viria a ser contrária ao João Goulart e, depois, aos presidentes Lula e Dilma. As reclamações desse grupo seguem sempre o mesmo tom: esse negócio não pode ir muito longe e é preciso recolocar as coisas no trilho antigo e tradicional.

O reequilíbrio da equação capital/trabalho a favor do capital é um elemento presente nesses movimentos de mudança, aqui caracterizados como golpe. É nesse sentido que se pode compreender a PEC 55 que está tramitando no Senado. Tal elemento se combina com o outro ingrediente que permite delimitar o conceito de golpe, o saneamento do país por fora da política, já discutido acima.

Deve-se, contudo, salientar que as forças que deram o golpe são forças partidárias que estavam atuando dentro da política. Há, porém, uma força externa. Em 1954 assim como em 1964, era a área militar. Hoje é a área judiciária, policial e outras que não apenas não se confundem com a área política, mas também miram a área política.

Consequências reversas da Globalização

Os recentes e graves acontecimentos da sociedade brasileira encontram semelhanças com fatos que vêm ocorrendo, difusamente, em outras partes do Planeta. Os golpes similares ocorridos na América Latina, como já dito, apresen-

Em 1964 houve uma grande convergência política do centro para a direita. Agora também, nestes últimos dias, quase todos os setores da elite se juntaram. O intuito inicial que fez com que tanta gente correta politicamente tenha aprovado o golpe foi o de isolar a esquerda e tirar aquele pessoal – leia-se: o PT, os “comunistas” etc. A questão é que um processo como esse nunca para nessa etapa. Se me fosse concedida a oportunidade de falar aos congressistas e ao presidente Temer, eu recomendaria a eles que tomassem cuidado. Eles pensam haver isolado o PT e o PCdoB e tirado tais partidos da disputa. Contudo, não deveriam se descuidar sob o risco de que o mesmo processo acabe por chegar até eles e atingi-los.

De fato, em pouco tempo o golpe de 1964 havia liquidado, por exemplo, o presidente Juscelino Kubitschek, o qual havia apoiado o golpe. Foi eliminado do palco político em três meses. Algo semelhante aconteceu com Ademar de Barros, governador de São Paulo. Tratava-se de um homem de extrema direita e era um defensor ardoroso do golpe. Foi cassado daí a dois anos. Outro exemplo, ainda, é Carlos Lacerda. Todos se lembram dele. Acabou sendo preso em 1968. Todos os líderes do golpe foram sendo engolidos pelo próprio golpe. Trata-se de algo impressionante. Veem-se agora operações como a Lava Jato e outras que estão no encaicho de muita gente que atuou na insurreição e na desconstrução do governo eleito.

Distinguem-se, portanto, dois movimentos paralelos. Há o movimento político que fez a guinada da esquerda para a direita dentro da área parlamentar e do Executivo. Há também, entretanto, uma força agindo por fora, que ameaça o sistema completamente, como um todo. Na década de 1960, os militares constituíam tal força; hoje são os juizes, delegados, procuradores... uma rede de controle externo que atua contra a democracia.

tam o mesmo deslocamento de forças. Na área das relações internacionais, uma palavra circulou muito nos últimos quinze anos: o conceito de “onda rosa”. Particularmente, autores argentinos e peruanos, entre outros, usaram essa expressão

para designar o processo de emergência das esquerdas da América Latina. Presencia-se agora a passagem de uma onda rosa para uma onda azul, dado que a fase atual tem o mesmo alcance da outra que a precedeu: primeiro a Argentina, depois o Brasil; o Peru teve uma eleição difícil e elegeu um governo conservador...

A surpresa de 2016 tem sido a constatação de que uma semelhante passagem para o mundo azul está acontecendo também nos países do Norte. Na verdade, parece que a onda azul está atingindo o mundo inteiro em meio a um clima de polarização muito forte. Principalmente após a eleição do presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, vem ficando claro que o mundo está enfrentando uma espécie de consequência reversa da Globalização que ocorreu, em especial, nos últimos trinta anos.

O consenso e a coerência de Globalização neoliberal começaram a ser minados na crise de 2008. Até então ela vinha triunfante. Havia o chamado “Consenso de Washington” que constituía toda uma doutrina. Isso, porém, começou a ser minado. Fatos importantes ocorridos em 2016 parecem apontar que diversos setores, em todo o mundo, já vinham tentando sair de tal globalização. A esses movimentos de saída eu designo como consequências reversas.

Os dois principais resultados eleitorais deste ano foram o *Brexit* (a saída do Reino Unido da União Europeia) e a eleição presidencial nos Estados Unidos. Ambos significaram uma reação dos perdedores da Globalização. Essa é a análise feita, nas últimas semanas, pelo mundo afora: esses dois encontros eleitorais representaram uma disputa entre classes sociais ou regiões que constituem e se sentem como as partes vencedoras ou perdedoras no processo de globalização.

No plebiscito do Reino Unido assim como nas eleições americanas, fizeram-se muitos mapas geoeleitorais, uma espécie de geografia eleitoral. Constata-se que, nos dois países, quem deu mais alimentação ao resultado final foram as regiões que se consideram perdedoras no movimento de Globalização. No Reino Unido, posicionaram-se a favor da saída da União Europeia as velhas áreas industriais, o País de Gales, o norte da Inglaterra, a área onde inclusive começou a Revolução Industrial. Regiões que estão indo muito bem – por exemplo, a própria capital, Londres, que é uma

grande praça financeira – votou em massa por ficar na Europa. O interior do país que está muito empobrecido votou a favor do *Brexit*, optando por abandonar a União. O empobrecimento deles é, obviamente, relativo ao passado que tiveram no tempo do Império Britânico, com o qual ainda sonham. Julgam que a Inglaterra do passado, anterior à entrada na União Europeia, era um país forte e agora, como dizem, eles se sentem reduzidos a uma espécie de quintal da Europa. Mostram uma mágoa muito grande por essa razão.

Nos Estados Unidos, claramente o candidato ganhador, o Donald Trump, explorou muito a queixa de regiões e classes sociais que se consideram empobrecidas. Novamente, o conceito de empobrecimento é entendido em termos relativos. São regiões de uma classe operária branca, não é área de imigrantes. Trata-se de uma classe operária que possui carro e outros bens de consumo, mas que já se encontrou em melhores condições. A geração de seus pais tinha melhor situação do que aquela agora experimentada. Apresentam essa queixa, mas não encontram saída para sua situação. Faltam-lhes empregos. A crise de 2008 se abateu sobre eles fortemente.

Houve uma recuperação da economia americana, mas beneficiou os bancos, e não a indústria. As indústrias foram transferidas para a Ásia e, agora, estão pagando o preço pela adoção dessa estratégia que tornou o país menos industrial. Os antigos trabalhadores das indústrias e os pequenos empresários encontram-se extremamente insatisfeitos. A grande jogada da campanha que ganhou a eleição foi tratar tudo isso como culpa dos imigrantes e das pessoas de outras raças. Em meio a um racismo velado, afirma-se que muitos estrangeiros foram para o país e estão tomando os empregos dos cidadãos americanos.

As coisas não são exatamente assim. De vez em quando converso com uma senhora muito simples e que se mostra emburrada com o Trump. Ela fica incomodada com o discurso do presidente eleito, segundo o qual os estrangeiros serão expulsos dos Estados Unidos. Aquela senhora questiona quem serão, depois, os empregados nos inúmeros hotéis de que Trump é proprietário: quem serão as camareiras, quem vai trabalhar nas cozinhas e lavanderias... O raciocínio dela

é bastante simples, mas carrega uma dose de boa percepção de realidade. Nos Estados Unidos, serviços mais pesados costumam ser realizados por estrangeiros. Garis, pedreiros, empregados domésticos... são tarefas que os norte-americanos costumam recusar e acabam sendo assumidas, sobretudo, por imigrantes latinoamericanos. Obviamente, a proposta de se livrar dos imigrantes está mal contada. Seja como for, uma coisa está ficando clara: há uma distinção entre vencedores e perdedores, tal como revelam as diferenças regionais e de classe, tanto no caso do *Brexit* como no das eleições dos Estados Unidos.

As análises que os perdedores fazem das situações que enfrentam têm validade discutível, porque são muito ideológicas, como já se pode suspeitar a partir do foi dito acima. Apesar disso, tais leituras dos fatos parecem estar prestes a se tornar centrais em acontecimentos que, brevemente, vão atingir a Europa. Eleições gravíssimas vão acontecer, no primeiro semestre de 2017, na França e na Alemanha. Trata-se dos outros dois países mais fortes do hemisfério ocidental, além dos Estados Unidos e do Reino Unido. Esses quatro países estão capturados por uma tensão política imensa.

A França vive uma situação ainda mais difícil. Existe a *Frente Nacional* – de extrema direita e neofascista – e a área conservadora, representada pelo presidente Sarkozy e os antigos gaullistas (ou seja, herdeiros políticos do presidente Charles de Gaulle). Estes últimos fizeram uma prévia agora e, dentre os três que estavam disputando, escolheram François Fillon, o candidato mais conservador. Fillon, que foi primeiro ministro, não só é muito neoliberal como é membro de

uma área religiosa muito conservadora. É o conservadorismo político aliado ao conservadorismo religioso. Seria como se, no Brasil, os evangélicos capturassem logo as instituições e comesçassem a fazer reformas. A França parece estar entre a cruz e a caldeirinha.

A Alemanha não se encontra em uma situação como a vivida pela França, mas lá o setor neonazista está crescendo muito. Existe uma expectativa de que a Angela Merkel ganhe mais essa eleição. No entanto, o partido *Alternativa para a Alemanha* está cada vez mais forte e tomando espaço. Eles são muito vocais. Vão para a rua atropelando o processo, gritando... Uma grosseira que também faz parte do quadro político atual e inclui ofender e escrachar os outros.

A vitória desses grupos conservadores terá consequências sérias para o mundo inteiro. Alguns países vão se sair melhor nessa nova configuração, como é o caso da China. Se o Governo Trump isolar os Estados Unidos, como ele disse pretender, abre-se um espaço imenso para a China se estender de maneira benigna. Ela já está vindo aqui para o Brasil oferecendo dinheiro, assim como está indo à África. Para os Estados Unidos, seria certamente um tiro no pé, porque eles assumiram, desde a II Guerra Mundial, a missão de proteger seus aliados, por meio da Otan. Trump afirmou que seu país tem gastado muito nessa tarefa e pretende abandoná-la. Seria uma guinada terrível e representaria uma completa irresponsabilidade. No entanto, ele pode reduzir o grau de força com que os Estados Unidos defendem o Japão ou a Europa e essas regiões ficariam mais frágeis.

Uma crise de representatividade: o déficit democrático

A eleição norte-americana estarreceu o mundo. Não só aqui no Brasil, mas frequentando-se sites e jornais da Europa, pode se perceber que houve uma surpresa geral. Todos concordam que há uma crise, mas o caráter dela é bastante discutido. Há alguns dias vi um norte-americano, agora residente na Alemanha, que descreve a crise atual como uma crise de representatividade. Esse ponto de vista pode convir para explicar também o caso brasileiro. O Brasil está passando por uma crise de representatividade, que se ex-

pressa na falta de confiança nos setores políticos, nos líderes, nos partidos. Isso é inegável. À semelhança do que ocorre na Europa, verifica-se também aqui uma menor confiança no sistema político e na democracia.

O fenômeno europeu pode ter uma razão de ser. Foi sendo construída uma união – a União Europeia – e esse órgão teve grande importância para consolidar a paz em um continente que teve tantas guerras e conflitos. Contudo, a União Europeia, como união política, possui um déficit

democrático. Esse conceito circula também pela área política e significa que a forma de organização dessa União não é feita de maneira democrática.

Essa queixa tem sido expressa pelo povo inglês. Os ingleses descontentes dizem que, depois de terem sido um país forte e importante, agora recebem leis votadas em Bruxelas, no Parlamento Europeu, que eles não reconhecem como suas. O poder, tirado dos cidadãos, estaria sendo transferido para outras mãos. Isso seria, então, o déficit democrático. Na verdade, a União Europeia é governada por uma comissão de autoridades que não são eleitas. Elas representam os países, mas não são eleitas diretamente pelo povo da Europa e, portanto, acaba-se por constituir uma espécie de tecnocracia.

Também nos Estados Unidos a revolta surda que gerou o fenômeno Trump é claramente um questionamento do que os americanos insatisfeitos com os rumos do país chamam de “o grupo de Washington”. Por exemplo, a Hillary Clinton é criticada como representante dessa oligarquia do país. O marido dela já foi presidente. Há uma certa desconfiança em relação à classe política na forma como se encontra no momento.

Dados esses fatos, a perspectiva mais provável seria a de uma inversão da integração global. A Globalização existe há muito tempo. A integração vivida nos anos 1980 foi precedida, décadas antes, pela criação da ONU e seus órgãos. O mundo foi ficando mais pacífico e mais integrado. Agora,

A inversão da integração global

As questões apresentadas até aqui possuem uma face econômica. Donald Trump afirmou que pretende cancelar as grandes parcerias comerciais que vinham sendo organizadas. De fato, o presidente Obama vinha investindo esforços na constituição da parceria transpacífico, mas ela ainda não foi aprovada pelo Congresso. Trata-se de um grande acordo entre as Américas do Pacífico – inclusive com a participação do Peru e da Colômbia – e a Ásia. Esse processo funciona como uma estratégia para isolar a China. Daí se infere que, se Trump persistir no cancelamento desse acordo comercial, a China será beneficiada. Se os Estados Unidos se retiram da parceria transpacifi-

porém, há a possibilidade de que isso se inverta, com os países se voltando mais para dentro. Um fenômeno semelhante aconteceu na década de 1930. Aquela foi uma década funesta e resultou numa guerra terrível. As nações se voltaram para dentro, dando início a um processo desumano de ataque a outros povos e raças. A volta para dentro implica xenofobia, uma raiva do estrangeiro. Forma-se uma intolerância racial e religiosa, mas que se pode manifestar também como uma intolerância de gênero e a tudo o que é diferente.

A leitura benigna que se pode fazer desse fenômeno é que existe uma necessidade de se encontrarem novos modelos de democracia para um tipo de sociedade que tem novos elementos e novos movimentos. Multiplicam-se pelo mundo os indicativos de que há uma certa vontade de se fazer uma coisa nova, principalmente pelo lado da juventude. Frente a isso, a democracia – entendida como regras e constituições – aparece como um pouco velha demais para dar conta disso. Isso é o que se pode intuir a partir do resultado das votações feita pelos ingleses e americanos. Trata-se de um protesto, mas sem pretender uma guinada que os conduza à extrema direita. Na França e na Alemanha, porém, a situação é bem outra. Pelo menos um setor significativo da sociedade aponta para esse rumo. Nesses dois países, os partidos fascistas são muito conhecidos e, no caso da França, bastante antigos. Eles propõem explicitamente uma guinada à extrema direita.

co, a China deverá conduzir a formação desse bloco, tomando o lugar de liderança.

Encontra-se em andamento também a parceria transatlântica, entre a América do Norte e a Europa. Trata-se, portanto, do Atlântico Norte. Embora as negociações não estivessem tão adiantadas como no caso da parceria transpacífico, a Europa está contando muito com ela para superar o momento de precariedade econômica por que está passando. Uma relação forte com a América do Norte poderia ser muito benéfica para os europeus. Se o acordo for cancelado, volta-se ao passado em que domina a norma do cada um por si.

Parcerias como a transpacífica ou a transatlântica são econômicas, comerciais. Além disso, os processos eleitorais discutidos acima – a começar do caso inglês – têm em comum o questionamento dos projetos de integração política. Por exemplo, a União Europeia começou a se desintegrar. Pode ser que ela permaneça no estado atual e apenas os ingleses saiam, mas pode ser que não. Nesse caso, num sentido amplo, ocorreria um declínio do multilateralismo inaugurado após a II Guerra e que levou à criação das Nações Unidas e às tentativas de construir acordos gerais em todos os níveis.

O Brasil, um país que aposta muito nessas parcerias e pratica uma diplomacia multilateralista, tem muito a perder se os acordos internacionais começarem a ser cancelados. Na área das relações internacionais, usa-se o conceito de regime internacional para tratar de estatutos, como o que estabelece, por exemplo, o regime ambiental. Houve recentemente a Conferência que abordou essa questão. O regime ambiental, aliás, pode se tornar um alvo preferencial da reversão. É provável que esse debate não avance mais, pois ele não é prioritário para as forças que estão emergindo. Ao contrário, nenhuma delas acha que a questão ecológica é válida. Supõem que crise ambiental é uma enganação, uma conversa fiada e que não existe risco. Acreditam que a ciência há de resolver o problema. São forças conservadoras em suas concepções de ciência. Trump – um representante dessa ideia – já declarou considerar a mudança climática como balela e não deve assinar acordos nesse campo.

Outro motivo de grande preocupação reside na possibilidade de que Trump venha a fazer mu-

danças na ação militar. A Otan, por exemplo, sempre atuou contra o bloco comunista. Depois da derrocada desse bloco, ela teve sua função diminuída, mas manteve a Rússia como alvo. Combatem-se os russos e a Rússia como potência, independentemente do fato de serem comunistas ou capitalistas. Ultimamente tem havido muita tensão, porque a Rússia é um país forte, militarizado e atuante quando se trata de cercar o próprio quintal. O enfraquecimento da Otan pode significar maior empoderamento da Rússia.

Se é difícil prever a consequência disso para o mundo, certamente para o Brasil há uma consequência imediata, ainda que pouco clara. O Brasil integra o grupo chamado Brics, composto também pela Rússia, Índia, China e África do Sul. Como já dito antes, o retraimento voluntário dos Estados Unidos traria vantagens para a China e para a Rússia e isso justifica a suposição de que o eixo composto pelos Brics ganharia maior peso.

O Brasil sempre teve uma atitude cautelosa na política externa. É um país que vive muito para dentro, mas diplomaticamente ele se coloca bem. Uma das guinadas que o Governo Temer está fazendo é a de sair da ênfase aos eixos alternativos, alinhando-se novamente com o Norte, em particular, com os Estados Unidos. Trata-se de uma guinada recente, na contramão das mudanças internacionais das últimas semanas. Dada a atual situação, a política anterior, conduzida sobretudo pelo presidente Lula, era mais adequada. Tratava-se de uma política mais autônoma, que não entrava em conflito com os países do Norte. Não se alinhava com eles, mas ao mesmo tempo tentava estabelecer eixos alternativos.

As manifestações e ocupações no Brasil

Caberia indagar-se se, nas manifestações ocorridas no Brasil em 2013, haveria algum elemento que permita considerá-las como um desses indicativos da vontade de gerar o novo. As tentativas de compreensão daquele fenômeno ainda se multiplicam. É um enigma porque foi um movimento polissêmico, ou seja, portador de muitos significados coexistentes. As leituras feitas até agora não foram boas para lado algum. Ao que parece, ninguém foi capaz de oferecer uma leitura suficiente. Um raciocínio que pode se

mostrar produtivo é considerar que 2013 representou uma busca de participação.

Embora os grupos que tomaram as ruas fossem bastante diversificados, eu vejo uma forte concentração de jovens que, pela primeira vez, se sentiam participando de um evento com tal dimensão. O relato que, na época, meus alunos faziam mostravam essa característica. Eles não tinham vivido nossas experiências do passado. Nem as do meu tempo e tampouco aquelas dos “caras pintadas”. Aliás, os estudantes que protes-

taram contra o Collor estão hoje por volta dos quarenta anos de idade e já são pais de família... Reitero a multiplicidade de perfis entre os manifestantes de 2013, mas não se pode ignorar esse grupo composto por jovens de 22 ou 23 anos para baixo.

Essa geração estava buscando um protagonismo, esses jovens que nunca tinham vivenciado movimentação de rua. Isso significa que havia uma coisa represada, uma vontade de falar. Há uma expressão utilizada por Marina Silva que parece servir bem para descrever esses movimentos. Trata-se de uma “participação autoral”, em que uma pessoa – voluntariamente e sem

A PEC do teto de gastos

É necessário, hoje, que se coloque em discussão se a PEC que estabelece o teto dos gastos de fato é uma solução ou se representa o agravamento dos problemas. Adotando um ponto de vista mais desenvolvimentista, parece-me que é a austeridade que está matando a Europa. Os países europeus estão fragilizados por causa de políticas como aquelas exigidas pela Alemanha. A Grécia foi um caso extremo de enfermidade, mas também Portugal não está bem, depois de haver aplicado cortes de gastos na previdência e em políticas sociais de educação e saúde.

De acordo com a linha liberal que vem sendo adotada, quando o governo está sem dinheiro privatiza bens e serviços. Isso é preocupante se se consideram as pessoas que de fato precisam do

O “moinho satânico” do mercado

O capitalismo tem uma dinâmica muito concentradora. Observa-se que o capitalismo essencialmente financeiro não apenas se voltou contra o Planeta, mas contra o próprio capitalismo. Quando surgiu a crise de 2008, houve um debate nos Estados Unidos que opunha a *Wall Street* à *main street*. *Wall Street* é uma rua situada em Manhattan, no centro do distrito financeiro da cidade de Nova York. A *main street* é a rua principal, como em uma cidade pequena. Essa oposição expressa o conflito do grande contra o pequeno. A *main street* se refere ao povo consumidor, ao trabalhador, mas também aos lojistas e outros empresários que se sentem minados e

combinar com ninguém – prepara seu próprio cartaz que lhe serve como instrumento de protesto. Na minha geração, havia uma organização do movimento, centrada no diretório acadêmico ou no sindicato.

Neste momento, o país está vivendo uma outra forma de manifestação, conduzida pelos estudantes secundaristas. Fala-se em mais de mil escolas de ensino médio paradas e cerca de 160 universidades ocupadas. Esse é o movimento político popular mais forte neste momento. No entanto, esse movimento estudantil guarda semelhanças com o modelo clássico.

governo. São os pobres – e não a classe média – os que mais necessitam dos serviços do governo. Portanto, o debate em torno de questões como liberalização, políticas sociais, mais Estado, Estado mínimo incide diferentemente sobre diferentes classes sociais.

Outro problema que envolve a PEC 55, que está tramitando no Senado, é que ela se propõe a resolver uma crise de curto prazo, mas promove o engessamento de longo prazo. São vinte anos. Embora seus defensores insistam em dizer que não haverá cortes, na verdade, será feita uma parada técnica. Esse argumento, porém, despreza o dinamismo demográfico. Além do mais, na área de saúde e da educação, entre outras, semelhante congelamento representa por si só um recuo.

desconstruídos por *Wall Street*, lugar dos grandes bancos. O chamado setor produtivo ergue a voz para acusar a *Wall Street* de estar contra todos naquele país.

Não se deve ignorar que o setor produtivo está muito interligado ao setor financeiro. Industriais, comerciantes e fazendeiros também são investidores do mercado financeiro. No entanto, quando se separam, pelo menos analiticamente, esses interesses, percebe-se que o capitalismo financeiro joga com papel, com uma coisa fictícia, que é o dinheiro. O dinheiro não é uma coisa; é um valor teórico. Daí afirmar-se que o capitalismo financeiro joga muito contra a humanidade.

Quem tem uma posição anticapitalista, encontra muitas razões para sustentar seus argumentos...

Recomendo a leitura do livro *A grande transformação*, de Karl Polanyi. Trata-se de um economista húngaro que tentou decifrar a crise dos anos 1940 que levou à II Guerra Mundial. De acordo com Polanyi, somente remontando ao século XVIII e considerando a evolução do capitalismo de mercado seria possível entender o fenômeno que ocorreu naquela década. O mercado nunca se realiza totalmente porque encontra sempre reações muito fortes da sociedade. Sugiro que se entenda a palavra sociedade, neste contexto, como sinônimo de humanidade. Refere-se à política, à cultura, à religião que estão fora e reagem contra o mercado que Polanyi chama de “moinho satânico”. O mercado é o moinho satânico dos valores, das crenças, dos ideais, da felicidade do homem comum, da vida familiar, da vida de uma cidade pequena. Tudo isso vai sendo moído na ganância maluca de forças que nem mesmo se sabe de onde vem. É exatamente disso que a *main street* se queixa lá nos Estados Unidos, ainda que por vezes o faça de uma maneira ingênua: a *Wall Street* está acabando com a *main street*, está acabando com o povo.

Também nisso se manifesta o déficit democrático de que se falava acima. A democracia não suporta essa destruição. Há instituições da economia de mercado que minam a evolução democrática e estão na base de eventos como o golpe ocorrido no Brasil. Pense-se, por exemplo, no papel nefasto das agências de análise de risco. Elas se sobrepõem ao voto popular. A Grécia é um bom exemplo disso. Lá foi eleito um governo mais progressista. No entanto, o FMI, a Alemanha, a União Europeia portando os laudos das agências de risco exigiu a implantação de um programa bastante diverso daquele proposto pelo governo eleito. Exigiram do novo governo um severo ataque à previdência e outras medidas contrárias ao que o povo grego decidiu ao elegê-lo.

No Brasil, as agências de risco rebaixaram a nota do país retirando dele o grau de investimento. Isso foi decisivo para o golpe contra o Governo Dilma. Esse laudo favoreceu os opositores que se lançaram numa cruzada para recuperar o grau de investimento. A pergunta a ser feita, no entanto, seria: por que, afinal, um país deve ter grau de

investimento? Por causa dos rentistas. Nesse sentido é que se pode afirmar que o país é refém do capital financeiro.

A PEC que estabelece um teto de gastos só limita o outro lado da economia. Ela não impõe limites ao pagamento da dívida. Evidentemente, existem mil argumentos técnicos para justificar essa medida, mas exatamente aqui se encontra o ponto de separação. O corte de gastos atinge apenas as despesas com o povo: educação, saúde, assistência social, estradas... As despesas com o mercado estão livres de corte. Isso é naturalizado. A mídia explica que é assim mesmo, que existem as agências de risco. Quase ninguém questiona isso. No entanto, quando se começa a analisar mais detidamente, chega-se à constatação de Polanyi: o moinho satânico.

A inexistência de distribuição das riquezas que o capital financeiro está promovendo fere a própria cadeia de produção. A ganância destrói inclusive a cadeia de propriedade, trabalho, lucro. O capital financeiro se tornou pesado demais. Diante disso, o papel do Estado seria conter o capital em nome do capital. Caberia ao Estado salvar o capital do capital; salvá-lo dos exageros e da loucura do capital. No exercício desse papel de regulação, o Estado tem que comparecer junto aos demais setores sociais e econômicos, equilibrando a correlação de forças.

Afinal, o próprio Capitalismo precisa dos consumidores. No entanto, as práticas do setor financeiro ignoram o óbvio: o funcionamento da economia exige vendas e muita gente comprando. A distribuição de renda é importante do ponto de vista humano e social, mas é indispensável também do ponto de vista econômico. Esse é o perigo representado pelo capitalismo financeiro: ele é delirante e autista.

No mundo contemporâneo, o Papa Francisco vem cumprindo o papel descrito por Polanyi. Francisco representa hoje a mais importante voz da sociedade contra o mercado. Ele faz uma reação em nome dos valores maiores – mesmo para quem não é religioso –, em nome de uma cultura, de uma política decente e democrática, da ética e de um humanismo.

Embora o mercado seja uma evolução civilizatória, ele é também um perigo. Ele tem que ser controlado permanentemente e esse é o papel da política. Um dos perigos da perda da política é a

menor ou a total incapacidade de se controlar o mercado. Esse é um dos males que se vivencia hoje no Brasil. Como a classe política está muito desmoralizada, ela não está sendo acreditada para fazer isso.

Isso não quer dizer que a classe política não tenha seus elos orgânicos. Os políticos representam todos os setores sociais. Há aqueles que representam pequenos fazendeiros, grandes fazendeiros, supermercados e incontáveis outros setores. Essa pluralidade é razão para defender o valor da política. Em razão dessa mesma representatividade, os políticos podem controlar, em certa medida, a financeirização e a ganância dos

Não há solução fora do debate político

Diante desses episódios todos, nós, nesta sala, estamos como muita gente pelo mundo afora deve estar: conversando, discutindo as crises. Encontramo-nos todos, globalmente, no mesmo aperto. Eu garanto que em muitos países tem gente nesse momento – seja em órgãos oficiais, confessionais e universitários – discutindo os acontecimentos recentes. Ora, o fato de estarmos juntos aqui tem uma importância muito grande, porque se ressalta nossa confiança na via política, no debate político como meio de expressão de ideias e de solução de problemas.

Proponho, então, o contraponto com a ideia do golpe, referindo-me não apenas ao Brasil em si, mas ao conceito de um golpe em geral, que é o ataque à política caracterizando-a como negativa. O diálogo que estamos fazendo aqui é considerado, na perspectiva golpista, como uma perda de tempo e uma nulidade. Segundo tal olhar, a alternativa deve ser buscada fora da política, por pessoas que estão por cima. Para quem segue esse ponto de vista, a solução será trazida por “iluminados”, pessoas particularmente iluminadas e capazes de trazer soluções iluminadas.

Na prática, tais grupos pretendem suprimir as diferenças. Ao contrário, a política é o reino da diferença. Tive um professor, o Fábio Wanderley Reis, que usava dar uma boa definição da política. Para ele, o território da política é o território da conciliação de particularismos de qualquer tipo, seja de classe, de gênero, de raça, de país, de nação. A política é o lugar onde essas diferenças se encontram e são resolvidas de alguma forma,

bancos. Muitos dos setores socioeconômicos que os políticos representam estão endividados. Por exemplo, o Brasil tem uma agricultura forte, mas os produtores ficam pendurados em bancos. Os políticos que representam esse setor produtivo não conseguem ficar inteiramente do lado do mercado. Eles têm de pensar nos votos e são obrigados a pensar nos setores da *main street*. Portanto, o enfraquecimento dos políticos, assediados por tantas acusações, diminui também suas condições de se opor a pacotes e medidas que beneficiam mais o lado financeiro em detrimento da economia real.

seja pelo voto, seja pelo debate, seja por uma construção média que atenda também as minorias nas maiorias. A intolerância, a inconciliabilidade caracteriza o golpe. Este se constitui como uma solução drástica: suspende-se a negociação, acaba-se a conversa.

A julgar pelas experiências todas do mundo moderno, principalmente no século XX, a alternativa colocada fora da política tem dois pilares. O caso brasileiro atual pode ser uma boa oportunidade para verificar se também aqui haverá de se repetir o mesmo padrão. O primeiro pilar é a formação de uma tecnocracia, tal qual se conheceu durante o regime militar, mas que lhe é anterior. A tecnocracia seria um governo de sábios. É uma concepção herdeira do Positivismo e do Iluminismo. O Comte, fundador do Positivismo, era um adepto firme dessa proposta de estabelecer como rei o filósofo... Os tecnocratas são contra a democracia, porque acham que o povo não tem competência para resolver problemas difíceis. Entendem que a solução de conflitos é uma questão técnica e aos cientistas compete saná-los.

A mentalidade tecnocrática está muito presente na pauta econômica, mas também a área jurídica é muito tecnocrática. Economistas e juristas defendem, comumente, uma visão técnica do mundo e costumam se comportar como se fossem os sábios. Ainda que eventualmente seja uma atitude benigna, ela carrega sempre um caráter autoritário, mesmo que revestido das melhores intenções.

O autoritarismo cabal do governo exercido pela força é o segundo pilar das soluções sociais que se propõem fora da ação política. O autoritarismo é gêmeo da tecnocracia. De fato, o domínio tecnocrático depende de um governo forte. Já que não foi eleito, só lhe resta a imposição pela força. Foi exatamente o que se viu no período de 1964. Havia o ministro Antônio Delfim Netto e o Roberto de Oliveira Campos que eram os sábios. Os militares se mantiveram no poder, porque aquele regime não era só militar, mas também empresarial, técnico e militar. Havia um componente político importante também. Era um acordo geral.

Concluo fazendo um apelo para continuemos a fazer encontros como o desta noite. É preciso valorizar os canais de expressão política e de ação coletiva: os partidos, as entidades, os movimentos. Todos os lugares de encontro devem ser valorizados. Destaco a importância dos órgãos da Igreja Católica que sempre tiveram o importante papel de acolher o debate. Outros órgãos também o fazem, como a universidade e os órgãos de

classe. Estes últimos têm seus interesses particulares, mas também sindicatos, federações de empresas, as organizações não governamentais (ONGs), todos têm o seu papel, em um momento como esse, de se constituírem como lugares de encontro e de debate.

Do contrário, partiremos para a barbárie. O clima mundial já está barbarizado. Temos visto isso aqui no Brasil: em vez de discutir, pessoas se ofendendo e até batendo uns nos outros. Nas próprias famílias, ouvem-se relatos de irmãos, cunhados, tios que estão brigando, furiosos. A reflexão política tem de ser feita e esta é a ideia mais importante desta noite. É preciso entrar num acordo sobre a importância da política participativa, democrática e informada. Tal como fizemos nesta noite, é preciso resgatar o interesse de aprender juntos. Nisso reside a esperança de se reconstruir um novo caminho, diverso deste outro rumo tão difícil pelo qual enveredamos nos últimos tempos.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Palestrante

Otávio Soares Dulci

Redator

Claudemir Francisco Alves